

FUTURO AMEAÇADO

A proposta de reforma da Previdência, encaminhada pelo presidente Michel Temer ao Congresso, não reduz apenas os direitos dos trabalhadores do setor privado. Afeta o futuro de milhões de servidores públicos, entre eles os professores universitários federais.

Na prática, quem entrou no funcionalismo a partir de 1998 será atingido, se a reforma for aprovada. Uns mais, outros menos. Desde 2013, quem ingressa no serviço público federal já tem sua aposentadoria limitada ao teto do INSS, hoje fixado em R\$ 5.531,31. Agora, as perdas poderão ser aprofundadas.

O objetivo do governo é reduzir os gastos no curto prazo para atender aos limites fiscais impostos pela Emenda Constitucional do Teto de Gastos, de dezembro do ano passado. Para isso, acaba com as diferenças entre o Regime Geral da Previdência Social e a previdência do setor público.

Professoras a partir dos 45 anos e professores a partir dos 50 anos terão regras de transição. Quem não está nesta faixa de idade e entrou depois de 1998 precisará contribuir por

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br



PREVIDÊNCIA

49 anos para chegar ao teto da aposentadoria. “É comum que os docentes ingressem na carreira após o doutorado, em média, a partir dos 30 anos de idade. Se este profissional nunca tiver contribuído para a Previdência, só poderá receber seu benefício sem descontos a partir dos 79 anos”, explica o vice-presidente da Adufrj, Carlos Frederico Rocha.

A idade mínima para a aposentadoria passará para 65 anos para homens e mulheres. A aposentadoria compulsória aos 75 anos, aprovada em 2015, permanece valendo. Os professores terão, ainda, que obedecer ao tempo mínimo de contribuição de 25 anos, desde que cumpridos pelo menos dez anos no serviço público e cinco anos no cargo em que se aposentará.

Os docentes que quiserem permanecer em atividade, mesmo tendo alcançado os requisitos mínimos para aposentadoria, poderão receber um abono permanência. No entanto, o valor máximo desse benefício será igual ao valor da sua contribuição previdenciária.

A íntegra da PEC pode ser encontrada em goo.gl/Q800Rq.

ADMITIDOS ENTRE 2004 DE 2013

Receberão o resultado da média simples das remunerações usadas como base de cálculo para as suas contribuições previdenciárias.

ADMITIDOS ANTES DE 2004

Terão assegurado o direito à aposentadoria correspondente ao último salário. E os reajustes dos aposentados acompanharão os de ativos.

ADMITIDOS ANTES DE 1998

Ganharão salário integral e reajuste equivalente aos da ativa e poderão reduzir a idade mínima em um dia para cada dia que exceder o tempo mínimo.

MULHERES ≥ 45 HOMENS ≥ 50

Estarão na regra de transição. O valor vai depender da data de admissão. O tempo varia. A pessoa trabalhará 50% mais do que o previsto na regra antiga.

Pensões cortadas

A perda mais expressiva na proposta de reforma é a da pensão por morte. Passa a ser proibido para o cônjuge acumular pensão e aposentadoria. A pessoa terá que escolher uma ou outra. Se optar pela pensão, o valor cairá para 50% do salário que o falecido recebia, acrescida de 10% para cada filho, até 18 anos. “É, sem dúvidas,

a alteração mais cruel. No caso das pensões, não há regra de transição”, diz Carlos Frederico Rocha.

O texto também limita direitos assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada – pago a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência com renda familiar per capita de ¼ de salário mínimo.

Andifes defende autonomia

> Reitores fizeram ato de solidariedade a Leher e protestaram contra crise das estaduais

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufjrj.org.br

A Casa da Ciência da UFRJ sediou a reunião da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), na segunda-feira, 20. A escolha do Rio não foi aleatória. O encontro teve caráter de ato de desagravo ao reitor Roberto Leher e à estudante Thais Zacharia, indiciados pelo Ministério Público por participar do debate “UFRJ em Defesa dos Direitos Sociais, Políticos e Democráticos”, no ano passado. À noite, os dirigentes realizaram manifestação de apoio à Uerj.

“Um conjunto de reitores e de universidades viveu uma situação excepcional, em 2016, denunciado por algo que na verdade é seu papel, fazer reflexões e produzir conhecimento sobre a realidade social da nação”, argumentou a presidente da Andifes, Ângela Maria Paiva Cruz (UFRN). “Isso foi confundido, equivocadamente, com partidarismo político”, completou.

AUTONOMIA EM DISCUSSÃO

A reunião começou com um seminário sobre a autonomia universitária. Nele, especialistas do Direito apresentaram pontos de vista distintos. Enquanto a liberdade de cátedra foi ponto pacífico, as visões sobre autonomia de gestão

levantaram polêmicas.

Menos judicialização e mais reconhecimento da sociedade foi a mensagem da ex-secretária da Educação Superior, Maria Paula Dallari Bucci (USP). “O capital social da universidade é muito grande”, argumentou ela.



O capital social da universidade é muito grande

MARIA PAULA DALLARI BUCCI

Ex-secretária da Educação Superior

A docente chamou atenção para a necessidade dos reitores unificarem uma agenda mínima para preservar a autonomia das universidades. A fórmula desenhada por Dallari prioriza a manutenção da legislação atual que já assegura a autonomia universitária, propostas orçamentárias que têm como contrapartida planejamento de gastos e prestação de contas, a defesa da diversidade como identidade da universidade e eleições para dirigentes.

Já o desembargador e professor da Unirio, André Ricardo Cruz Fontes, endossou a liberdade acadêmica, mas foi duro em relação à prestação de contas.

André frisou que não existe instituição no Brasil com autonomia absoluta, “A democracia pressupõe observância das regras”, sublinhou.

O professor da UFRJ, Geraldo Prado, deu ênfase em sua fala à “instabilidade política” e atribuiu as ações do Ministério Público Federal ao cerceamento das manifestações contrárias ao impeachment. “Autonomia significa dizer não ao consentimento. Conhecimento não é consentimento”.

O professor de Direito da UFMG, Fernando Gonzaga Jayme defendeu a autonomia científica e administrativa nos moldes da Constituição Federal. E afirmou que o ordenamento jurídico brasileiro é “suficiente para afirmar autonomia”.

Para ele, a questão não é legal, mas política: “O problema está em um enfraquecimento institucional das universidades e agigantamento do controle exercido pelo MEC e órgãos de controle”. Fernando Jayme criticou ainda o fim das procuradorias próprias das universidades, absorvidas pela Advocacia-Geral da União.

UERJ

Na noite de segunda-feira, os reitores fizeram um ato de solidariedade à Uerj. “Atravessamos a maior crise de financiamento desde a fundação da Uerj”, disse o reitor da Uerj, Ruy Garcia Marques.

ÚLTIMAS NOTÍCIAS SOBRE OS 28

Valentina Leite

■ Na assembleia do Sintufrj, que aconteceu no dia 21 de fevereiro, servidores e professores da UFRJ discutiram o corte dos 28,86% no salário e a reforma da Previdência. Foi decidido que o assunto será levado ao Consuni. A reitoria cancelou

a reunião do Conselho Universitário na quinta-feira 23. A próxima sessão está marcada para o dia 9 de março.

■ Também no dia 9 os servidores farão uma assembleia às 14 horas para discutir a retirada dos 28%.



Curta a Adufrj no Facebook